



POLÍTICAS PÚBLICAS, MUNICIPALIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE CHAPECÓ-SC

MATHEUS CARDOSO DA SILVA ^{1,2,*}, MONICA HASS ^{2,3}

1 Introdução/Justificativa

No final do século XX, as produções científicas sobre políticas públicas e sociais se ampliaram mediante as abordagens de compreensão teórica ou empírica. No Brasil, sobretudo no que diz respeito ao debate teórico acerca das multiplicidades e complexidade de elementos presentes nos estudos sobre políticas públicas, os estudos compreendem analiticamente diversas áreas do conhecimento assim como profissionais, suas motivações são múltiplas e muitas vezes contraditórias e/ou complementares, dentro de um leque de possibilidades tais como ampliação dos direitos, ampliação das liberdades, melhoria da qualidade de vida, melhoria dos índices de desenvolvimento, controle efetivo sobre o gasto público, entre outras. As políticas públicas e sociais necessitam ser compreendidas por uma totalidade que abarque seus múltiplos comportamentos, sendo que, suas demarcações estão derivadas pela realidade do campo de pesquisa acompanhada de sua dinâmica social, presentes em determinados contextos específicos na relação sociedade civil e governos. O estudo trata por analisar o perfil municipalista emerso a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e o debate sobre a participação social no processo deliberativo em Chapecó (SC).

2 Objetivos

Analisar o processo de municipalização das políticas públicas em Chapecó (SC), correlacionados com a tecelagem de relações presentes nos desenhos de políticas públicas e sociais a partir da Constituição Federal de 1988, visando identificar as áreas prioritárias implantadas, os instrumentos criados e as formas de participação da sociedade civil.

3 Material e Métodos/Metodologia

A pesquisa possui caráter exploratório, longitudinal, com análise quantitativa e

1Discente do curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó, Bolsista FAPESC – UFFS contato: theo.cardoso@hotmail.com

2Grupo de Pesquisa: Estado, Sociedade e Políticas Públicas

3Doutora em Sociologia Política, docente no curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Chapecó. **Orientadora.**



qualitativa. Comporta o estudo qualitativo e quantitativo de forma transversal a partir de uma base de dados primária e secundária (levantamento bibliográfico, documental e realização de entrevistas) relacionadas ao processo de demarcação histórica da construção e implantação de políticas públicas no município de Chapecó.

4 Resultados e Discussão

As áreas prioritárias de análise foram: política de educação, política de saúde, política social, política urbana e política de segurança pública. A política de educação, mediante uma análise de conjuntura nacional, a CF/88 assegurou o pacto entre o município como ente federativo (federalismo cooperativo). Em 1996 a Emenda Constitucional nº14 estabeleceu a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF); assim como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) organizou, no mesmo ano, o regime de colaboração entre os sistemas de ensino – Secretarias Municipais de Educação (SME). Diante da análise municipal, no caso de Chapecó, em 1993 as creches passam para administração da Secretaria da Educação e, no período de 1993 a 1997, o Conselho Municipal de Educação (CME) solicitou várias vezes a delegação de competências do Conselho Estadual de Educação (CEE) e não recebeu. Em 1997 foi criado o Sistema Municipal de Ensino de Chapecó, tratando a Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em 1998 foi regulamentado o Ensino Fundamental de 9 anos – Ciclos de Formação, a educação de Jovens e Adultos e a avaliação e classificação do aluno em etapa de ensino; posteriormente, em 1999 foi regulamentada a Educação Infantil Pública Municipal e Privada e somente no novo milênio, que se aprovou o Regimento Escolar Unificado.

Na análise das políticas públicas na área da saúde, sobretudo após a promulgação da CF/88 e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), constatou-se o direcionamento de ações em todas as esferas do governo e subsidiaram a tomada de decisão para o desenvolvimento de ações necessárias dentro do novo sistema hegemônico brasileiro pensado como conjuntura de ações e instituições, ordenadas e articuladas para a contribuição comum, rompendo com direções estabelecidas em segmentos populacionais específicos. A análise no município de Chapecó identificou as políticas públicas implantadas na área da saúde, instituídas pelo Ministério da Saúde, no período compreendido entre 2002 e 2010, constando o total de 20 políticas públicas publicadas em âmbito nacional, desse total, 19 delas esteve em consonância com os Planos Municipais de Saúde (PMS) dentro do período de 2001-2004,



2005-2008 e 2010-2013.

No que diz respeito à trajetória da política de Assistência Social em Chapecó houve desdobramentos na lógica da “Reforma e Contrarreforma” do Estado, no que se refere à participação da sociedade civil e a organização da gestão municipal, demarcando diferentes processos na sua constituição. A partir da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que regulamenta os artigos 203 e 204 da CF/88 – alterada pela Lei n. 12.435 de 6 de julho de 2011 – os municípios passam a ser genes de privilégio para a execução de políticas sociais; no estado de Santa Catarina, a criação do Fórum Estadual Permanente de Assistência Social mobilizou os municípios dentro do desenvolvimento de política social. Em Chapecó, as forças sociais, sobretudo tendo relação com órgãos do poder público, mobilizaram-se no intuito de atender as disposições legais. Trabalhadores da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA), da Prefeitura Municipal por meio da então Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e Habitação, professores da área de Serviço Social, representantes sindicais entre outros atores, criaram o Fórum Municipal contribuindo para a explicitação dos conteúdos da Loas e mobilização local.

Em relação à construção de política urbana, houve atenção especial na análise desenvolvimentista presente nas propostas fundadas na ação deliberada do Estado, sobretudo a partir do projeto de desenvolvimento nacional marcado pelo incentivo à indústria, que se deu entre as décadas de 1930 e 1970 sendo assim, as políticas urbanas são concebidas como instrumentos sob o controle do Estado no município diante de diferentes interesses dos atores envolvidos na discussão e construção dessa política. Foram analisados os debates relacionados à construção do primeiro Plano Diretor Municipal de 1974, a implantação do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Chapecó (PDDTC) em 2004, à luz dos princípios do Estatuto da Cidade, a revisão do Plano em 2006 e o Plano Diretor de Chapecó (PDC) de 2014. O estudo verificou a dificuldade na implantação de pactos sociais duradouros no município, além de uma intensa perda do foco dos princípios básicos de alguns dos planos diretores por meio de leis de zoneamento que viabilizam o interesse de segmentos econômicos alinhados com a lógica política presente na administração pública do município.

Na política de segurança pública buscou-se analisar a distribuição das taxas de homicídios no tempo e no espaço da cidade e posteriormente a compreensão do papel do município na construção de políticas públicas de enfrentamento à violência, no período inicial da década de 1980 a 2015. O foco do estudo recaiu sobre os indicadores sociais (Educação; Familiares; Raça; Urbanização; Pobreza relativa; Desemprego, entre outras), e outros sobre as



ações posteriores que pode ser realizadas (Presença policial; Taxa de aprisionamento; Taxa de aprisionamento por tráfico de drogas; Apreensão de armas de fogo; Gastos com segurança pública, entre outras); Verificou-se que o desarmamento aparece como questão fundamental para a redução dos homicídios a curto prazo, as desigualdades estruturais se estabelecem como fator importante da distribuição dos homicídios na cidade e que as políticas de segurança precisam aprimorar o uso de dados, (fugindo de produzir, ainda mais, de ações já recorrentes e não inovando) valendo para todas as ações tomadas.

5 Conclusão

O município de Chapecó (SC) foi tido como referência na compreensão do processo de municipalização marcado pela promulgação constitucional de 1988, a análise produzida nesse trabalho consistiu em tratar a dimensão referente as relações entre o Estado e Sociedade, no que diz respeito às derivações presentes na(s) realidade(s) e a dinâmica social como aspectos particulares. Vale ressaltar que o poder público somado a sociedade civil apresentou comportamento significativo, em algumas áreas (saúde, segurança pública e assistência social) no que diz respeito a elaboração de políticas públicas dentro dos princípios da governança democrática – compreensão de análise sobre as políticas públicas, especialmente no que comporta os estudos empíricos de construção e desenvolvimento de políticas públicas na cidade, de cunho participativo e deliberativo. Tal que os contextos de formulação, aprovação e implantação se deram justamente em obediência a leis federais que estabeleceram princípios básicos de pacto cooperativo sobretudo, entre as duas esferas (federação, município) sendo a esfera estadual estando a margem em determinadas discussões, como visto na política de educação.

Ao se tratar de participação da sociedade civil, a política de planejamento urbano apresentou restrita participação da sociedade civil frente a política tradicional aliada ao setor econômico, frisando particularmente a representação dos interesses dos segmentos economicamente dominantes na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas.

Por conseguinte, a pesquisa produzida buscou almejar no sentido de contribuição para a qualificação dos canais democráticos e a melhoria da qualidade de vida da população.

Referências

GOHN, M. **Conselhos Gestores e Participação Democrática**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.



SANTOS, Mauro Rego Monteiro dos. **Conselhos Municipais: a participação cívica na gestão das políticas públicas**. Rio de Janeiro: FASE, 2002. v. 1. 138p.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura**. Sociologias (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006.

Palavras-chave: governança; gestão local; participação popular; políticas públicas; descentralização.

Financiamento

FAPESC/UFS